



al-ulyà, nº 11, 2006, pp. 215-232

**O GABINETE DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ:
Uma experiência lida à luz do conceito de desenvolvimento local.**

Hélder F. Raimundo (*)

Introdução

O presente texto é uma tentativa de sistematização da experiência do Gabinete de Desenvolvimento Rural, da Câmara Municipal de Loulé, que funcionou entre os anos de 1990 e 1995. Em Portugal ainda são raras as sistematizações de experiências práticas enquadradas no âmbito do desenvolvimento rural. Por um lado, devido ao facto de as práticas de desenvolvimento rural serem recentes no nosso país; por outro lado, porque decorrendo do factor anterior, se acentua a tentação do voluntarismo que promove a acção em detrimento da reflexão.

Passados que são quase dez anos desta experiência, interessa pensá-la à luz de um conceito-chave no quadro desta problemática: o conceito de desenvolvimento local. Para isso socorremo-nos das reflexões de dois trabalhos anteriores. O primeiro, um estudo sobre *A museologia local em meio rural*. O segundo, um *Relatório sobre o desenvolvimento rural*.

Esperemos que estas nossas reflexões contribuam para valorizar as políticas e as práticas do desenvolvimento local, em Portugal.

Este texto deve muito ao trabalho empenhado de Joaquim Mealha, companheiro de experiência no Gabinete de Desenvolvimento Rural, da Câmara de Loulé.

1. A crise do mundo rural

Falar em crise do mundo rural é sobretudo falar da crise de um sistema económico, político e social que assenta os seus principais vectores no modo de produção capitalista, que tem determinado todas as lógicas de desenvolvimento. As revoluções industriais, nas suas várias vagas, criaram um sistema voltado para o crescimento industrial da produção e do consumo sistemático, e desenvolveram as grandes superfícies do consumismo que são as cidades. A urbanização e metropolização progressiva das pequenas cidades, e a partir delas, dos subúrbios e das áreas periurbanas, arrastaram milhões de pessoas dos meios rurais para as grandes megalópoles, em todo o mundo.

* Docente na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve.
<http://w3.ualg.pt/~hramund/>

Hoje, a deslocalização empresarial para países de mão de obra barata e a supremacia da alta finança sobre os estados, determinaram que o jogo de poder, no mundo, seja decidido já não pelas superpotências ou pelas federações e uniões supranacionais, mas sobretudo pelos homens mais ricos do mundo. É a globalização na sua plena forma.

A crise social atinge todos os países do mundo, pois os principais modelos de civilização esgotaram-se, em guerras, conflitos e crises ideológicas. A teologia neo-liberal brinca sobre as cabeças de políticos, presidentes e estados-nações, que enfraquecem sucessivamente sob a alçada daquilo que Melo (1995) designa de Economia-Mundo ou Economia-Casino. Já não são os países que decidem o progresso e a civilização. Mesmo as Uniões e Federações estão determinadas a seguir as correntes hegemónicas de acumulação de capital e consumo do capital financeiro (Melo, 1993; Sachs, 1994; Viegas Fernandes, 2000). No seu mais recente livro Viegas Fernandes (2000, pp. 20-21) refere que, de entre os “*vinete principais males civilizacionais do fim do século XX*”, encontramos oito que têm um forte impacto no mundo rural: empobrecimento do terceiro mundo; fosso entre países ricos e pobres; desflorestação; desertificação; esgotamento de recursos; catástrofes ecológicas; degradação ambiental; e degradação alimentar.

O sector agrícola, base do mundo rural, contava com cerca de 7,7% da população activa na União Europeia; hoje, reduz-se a cerca de 5% e prevê-se que em 2010 se reduza até 3,5%. O despovoamento dos campos só ainda não estancou devido ao envelhecimento das comunidades rurais e à falta de emprego alternativo. Assim, saem os mais jovens ficando os velhos trabalhando e dirigindo explorações agrícolas.

Também em Portugal, depois de, no censo de 1950, se ter recenseado o maior número de habitantes nos campos, assistiu-se a um processo imparável de despovoamento, encontrando-se o Alentejo, com uma maioria de concelhos abaixo dos 20 hab/Km². Este fenómeno é também comum ao Algarve, principalmente nos concelhos do interior nordeste e noroeste. Esta desertificação humana teve como destino o forte crescimento dos litorais turísticos, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e toda a Europa de emigração mais recente. O estado fechou os olhos a este fenómeno de êxodo rural, pois dessa forma podiam reduzir-se os índices de desemprego e acumular-se remessas de emigrantes num dos pratos da balança de pagamentos.

Mas este fenómeno não se inscreve só num contexto de desertificação humana, acrescentando o inevitável fenómeno da desertificação agrícola e dos solos. Ele arrasta também um fenómeno de desertificação cultural, com o abandono de velhas práticas significantes rurais, quer sejam materiais ou espirituais. É toda uma cultura agrária e camponesa que se esvai. A pressão do capital industrial, financeiro, bolsista e especulativo pretende acabar, como diz Melo (1995), com todos os valores e autonomias da pessoa humana, destruindo mesmo formas alternativas de economia artesanal e camponesa. No fim, pretende transformar toda a gente em meros assalariados, para usar uma expressão de cariz marxista.

Por trás de todos estes fenómenos está a ideologia da globalização que, como diz Furtado (1999), através dos seus efeitos de acumulação excessiva de rendimento cria graves desajustamentos sociais que levam à exclusão social, problema dos países pobres mas, de outra forma, grande problema nos países

ricos. Reflectindo sobre esta temática Melo (1993) chama-lhe a sociedade das duas nações, a dos desempregados e a dos remunerados.

O fenómeno das aldeias abandonadas ou fantasmas, comum à maior parte das áreas rurais em Portugal, incluindo o Algarve, tem levado vários autores a defender o fim das economias camponesas exclusivas. Abordando o fenómeno das aldeias abandonadas na serra da Lousã, Monteiro (1985, p. 273) conclui dizendo que *“hoje não há lugar para as formas de produção e de vida não capitalistas, a não ser como complemento ao trabalho assalariado, geral e obrigatório para a sobrevivência”*. Salienta o facto de, no exemplo da Lousã, já não haver lugar à *“sobrevivência da organização camponesa”*. No entanto, refere exemplos de equilíbrio instável das comunidades rurais e aponta casos de investimento em novos rumos de viabilidade económica destas áreas deprimidas.

Sabemos que, na maioria dos casos, é o investimento externo que tenta contrabalançar as crises cíclicas rurais. Jenkins (s/d) mostra como a construção de uma estrada pode ter tido efeitos perversos no abandono da aldeia de Alto, na serra de Monchique; Luz (1995) retrata o abandono da aldeia da Cabaça, na serra de Loulé, a partir do desenvolvimento da beira serra e do litoral algarvio; vários montes do nordeste algarvio perdem população, devido ao fluxo pendular do trabalho em áreas urbanas. De comum, encontramos aqui fenómenos de pressão urbana sobre o meio rural que encontra ainda formas de resistir, através da utilização de diversas válvulas de segurança como a emigração, o trabalho sazonal, a deslocação pendular para o trabalho. E dessa forma, como diz Monteiro (1985, p. 263), o que está em causa é o papel da agricultura e das povoações rurais *“em cada etapa da história da formação social e do seu modo de produção dominante - é terra que já foi terra agrícola e agora pode ser florestal ou turística”*.

Consideremos, portanto, uma ideia errada de abandono e morte da comunidade e do espaço rural. Em estudos sobre o Algarve, Magalhães (1988) e Bastos (1993) provam claramente o eterno retorno das crises camponesas, sem que com isso se tenha que falar na morte do mundo rural.

Como a lógica camponesa se rege por normas económicas do rendimento da terra – que obriga a um apego determinante (Cabral, 1983, citado em Monteiro 1985) dos seus grupos domésticos na produção (Bastos, 1993) –, não será difícil vaticinar como faz Espírito Santo (1980, p. 216) que *“não há que esperar ou temer o fim próximo da comunidade rural”*.

2. O conceito de desenvolvimento local

O conceito de desenvolvimento local surge para designar o carácter espacial e territorializado de uma acção que visa, em última instância, o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas. A sua grande aposta é dar nova essência a um conceito e a uma prática que, ao contrário, nas últimas décadas, tem procurado sobretudo apostar no crescimento económico global e por consequência servir uma política de globalização hegemónica.

Na verdade, as últimas cinco décadas têm sido as décadas do desenvolvimento. Segundo dados do World Watch Institute de Washington, citados por Max-Neef (1992), por cada uma das décadas entre 1950 e 1990, cresceu-se tanto como nos restantes 1950 anos da era de Cristo. Mas, como é possível verificar, nunca como agora se assistiu a tanta pobreza e a um tão grande conjunto de males contemporâneos, quer sejam de cariz económico, social, cultural ou ambiental.

Ao referir-se a estas crises do mundo actual Max-Neef (1992, p. 19) considera que estamos gravemente doentes e a cometer um suicídio colectivo, num “*mundo em que aprendemos a acumular muitíssimos conhecimentos, sabemos muito, mas compreendemos muito pouco*”.

As lógicas político-económicas que têm predominado no mundo, assentam exclusivamente no conceito de crescimento: de produtos, do consumo, da utilização dos recursos, da delapidação, da explosão tecnológica, da crise ecológica, da pobreza.

Quando se caracteriza o desenvolvimento dos países e do planeta, medem-se produtos internos e produtos nacionais brutos (PIB e PNB), mas não se verificam índices como a alfabetização, a qualidade ambiental, a satisfação pessoal, a realização humana, a felicidade.

Por tudo isto, outras lógicas surgiram como forma de combater ou atenuar o crescimento económico, o qual contrariava fortemente o verdadeiro desenvolvimento. Conceitos como *desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, subdesenvolvimento e em vias de desenvolvimento* surgiram em diversos países e através de diferentes autores. Também em Portugal o desenvolvimento teve a sua moda, sobretudo com as ideias do desenvolvimento regional, ou mais concretamente com os chamados pólos de desenvolvimento, de que é exemplo paradigmático a experiência de Sines.

Nos países da América Latina, que pelas suas condições sociopolíticas, obrigaram ao aparecimento de diversas teorias económicas, surgiu uma chamada corrente progressista que lançou o conceito de teoria da dependência. Esta, explicava que esses países viviam e cresciam na dependência dos países mais ricos e desenvolvidos, defendendo uma ideia de atraso e subdesenvolvimento. Refere-se esta questão pela pertinência com que Buarque (1993) critica estes teóricos considerando que, ao importarem conceitos dos países ricos, estavam a lançar ideias e programas económicos eivados de perspectivas dominadoras dos países ricos, que queriam criticar.

A crítica aos vários modelos de desenvolvimento como sendo simples crescimento económico, assentava no facto de que aquele não pode ser apenas crescimento da produção e do rendimento, pois estes nem sempre contribuem para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Por isso exigia-se também uma mudança das estruturas económicas e sociais, o que no caso do meio rural deve obrigar qualquer projecto de desenvolvimento rural a comportar outras valências para além da agrícola (Rakotomalala e Khoi, 1981).

É evidente que esta última ideia tem por base uma noção de participação comunitária, que pretende enquadrar qualquer tipo ou modelo de desenvolvimento a partir dos valores culturais e dos recursos mais globais de cada povo.

Estudando as diversas formulações com que se têm apresentado os diferentes modelos e práticas do desenvolvimento, Amaro (1993), tem explicado a sua teoria a partir do que considera ser um conjunto de mitos e equívocos que estão por trás desse nome: *economicismo; quantitativismo; produtivismo; consumismo; industrialismo; tecnologismo*. Para além destes termos, que nos parecem mais evidentes, apresenta outros que pela sua dimensão merecem outro destaque. Em primeiro lugar o da *homogeneização*, resultado da pressão da universalidade de modelos dos países mais ricos; em segundo lugar o da *violência territorial*, veiculado pelo estado central, subjugando autonomias e regiões; em terceiro lugar o do *individualismo*, pois assenta no bem egoísta e esquece dimensões colectivas e

ambientais; finalmente o do *racionalismo*, pois aposta na imediatez e olvida as vertentes estética, afectiva e relacional.

No entanto, é bem visível que diversos factores têm contribuído para contrariar estes pressupostos, baseados numa sociedade industrial e capitalista que hoje se confronta com a emergência de factores demográficos, ecológicos, movimentos sociais, regionalismos, conflitos locais, entre muitos outros. O mesmo autor (Amaro, 1993, p. 18) mostra como as bases desta estratégia estão a ser minadas por alterações de diversos matizes. Uma das mais importantes é a deslocação da base territorial, de carácter nacional para outros espaços de dinâmica, quer sejam supra ou infranacionais. Também a base científica se desloca da lógica mecanicista para outras de maior complexidade “*numa perspectiva sistémica e integrada*”.

A questão da base territorial do desenvolvimento, que dá nome ao conceito mais comum de desenvolvimento, é decisiva para perceber as grandes mudanças nas práticas mais recentes. O paradigma funcionalista predominou até há bem pouco tempo e tinha por base, como refere Braga, (1993, p. 11) a ideia de que “*qualquer processo de desenvolvimento é inicialmente desencadeado nos sectores mais dinâmicos da sociedade e a partir de áreas geográficas específicas e alastra a partir daí em sistema de mancha de óleo*”. Já referimos vários limites a este tipo de desenvolvimento, mas o mais importante é sem dúvida a primazia do capital sobre o factor humano, cujas consequências se originam nas esferas da passividade, expectativas do poder externo e ausência de processo de participação e desenvolvimento pessoal (Amaro, 1994; Catarino, 1995; Pinho, 1990). Reflectindo sobre desenvolvimento e cultura, Fonseca (1994, p. 22) diz que o “*desenvolvimento é função de distribuição pelos diversos indivíduos, do saber, da motivação e do poder*”.

A crítica ao paradigma funcionalista é, hoje, muito generalizada. Mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU, 1994, p. 19), no seu relatório anual do desenvolvimento humano, referia que o fundamento real do desenvolvimento humano deveria ser o universalismo do direito à vida. E por isso apresentava, a partir do conceito ambiental de desenvolvimento sustentável, outro conceito considerado mais inclusivo, o de desenvolvimento humano sustentável, por considerar o verdadeiro capital humano e colocar “*as pessoas no centro do desenvolvimento*”.

Contra o paradigma funcionalista surge então o paradigma territorialista, também chamado de autocentrado, pois aposta no potencial endógeno das regiões, com vista à satisfação das necessidades básicas das populações. Friedmann e Weaver (citados em Braga, 1993) referem o desenvolvimento pela base.

O paradigma territorialista apresenta características diferentes: diversidade dos processos; participação e consciencialização das comunidades locais; privilégio das relações de proximidade, reencontro de pluralidades e dinâmica de cooperação; dimensão local de acção e integração na globalidade (Amaro, 1993; Braga, 1993; Pinho, 1990).

No âmbito do paradigma territorialista, o desenvolvimento local surge, no dizer de Catarino (1995, p. 25), “*como o espaço de instância fundamental para a esfera do desenvolvimento pessoal*”. A razão para isto encontra-se, sem dúvida, no facto de se tratar de um território de pertença comum, identificado transversalmente pelos valores e interesses comunitários, a partir dos quais se podem estimular acções de descoberta, consciencialização e parceria colectiva. Neste processo, encarado mais

como tal do que como um produto, é possível fortalecer o poder dos cidadãos enquanto sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

É neste sentido que apontam as novas iniciativas e protagonismos do desenvolvimento local: estabelecendo parcerias locais e regionais; promovendo a micro economia de base local; apostando nas especificidades locais, numa estratégia global; utilizando a relação sustentada e duradoura com os seus recursos e *habitats* locais (Amaro, 1993).

Compartilhando das ideias de Melo (1988, p. 62), diremos que “*o desenvolvimento local é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano*”.

3. As comunidades rurais: o caso do barrocal de Loulé

Como vimos, as comunidades rurais têm sabido encontrar, ao longo da sua história, mecanismos de escape e segurança que lhes permitiram sobreviver até hoje. Uma vez procurando resolver o excedente demográfico ou a falta de meios de subsistência, caminhando em busca de emprego, melhores salários e condições de vida, nas cidades do litoral ou nas regiões de emigração; outras vezes regressando ao campo, para evitar a desacomodação urbana ou cuidar dos negócios da terra dos grupos familiares. A produção camponesa é, aliás, um dos grandes pilares da manutenção das sociedades rurais e o seu alicerce é a coesão dos grupos domésticos e o seu papel em toda a sociedade rural. Procurando encontrar explicações para a continuidade da vida camponesa na serra do Algarve e em particular no nordeste algarvio, Bastos (1993) prova também neste caso que

apesar da sua aparente auto-suficiência, esta cultura não vive no divulgado isolamento da montanha, e, pelo contrário, mantém interações permanentes e necessárias para a sua continuidade e reprodução. (p. 14)

No meio rural do concelho de Loulé, em especial na área de barrocal, encontra-se também este fenómeno. Apesar da progressiva desertificação rural até aos anos 90, o último decénio provou a possibilidade de estancar este movimento, através de diversas formas. Os grupos domésticos e as famílias mais alargadas estabilizaram a sua permanência, encontrando trabalho na sede de concelho ou na cidade de Quarteira, regressando mais tarde à terra, com mais dinheiro para investir noutros negócios que não só a agricultura. Mesmo neste sector, encontram-se novas soluções de investimento e continuidade da produção: estufas, primores agrícolas, produtos da quinta e biológicos. Os investimentos realizados pelo sector público ou através de programas de revitalização rural conduzidos pela sociedade civil, ajudaram a criar melhores condições infraestruturais, informativas e financeiras, para esta reviravolta.

É neste campo que muitos erros se têm cometido na Europa, nos programas de desenvolvimento rural, pois têm assentado numa visão errada das economias camponesas (Grossi, 1982). O mesmo autor defende uma estratégia de desenvolvimento rural que vise, complementarmente, a produção de bens essenciais às economias camponesas e a obtenção de receitas monetárias complementares. Trata-se aqui de encontrar formas de economia alternativa, de subsistência, baseada na troca local e na venda de excedentes no mercado. O artesanato e agricultura biológica são duas formas possíveis e de relevo, que estão a ser utilizadas neste momento nas comunidades rurais serranas e em particular no barrocal louletano.

O mundo rural só pode sobreviver num contexto mais amplo de mudança civilizacional. Ao reflectir sobre as grandes questões do desenvolvimento social Sachs (1994) defende uma diversidade de soluções, que na área urbana podem assumir formas de eco-emprego produtivo e nas áreas rurais uma economia de pequena exploração camponesa, complementada com os chamados serviços de proximidade. Aquilo a que chama uma segunda revolução verde.

Ora, esta economia de pequena escala, ou microeconomia, deve assentar no desenvolvimento de pequenas empresas apoiadas no artesanato e na produção agro-alimentar local. Estas actividades, que constituem parte do património cultural da comunidade, só podem ser defendidas enquanto apanágio de manutenção do perfil dos camponeses. Estes, segundo Espírito Santo (1980), são os únicos que fazem perdurar o património cultural das aldeias e freguesias e por isso são os detentores do saber e da mudança. Neste momento, é fundamental assumir que concordamos na plenitude com o mesmo autor (1980, p. 13) quando ele afirma que a vida e organização social no meio rural português se passa dentro de uma estrutura orgânica chamada freguesia (...) *“a célula mais coesa da sociedade portuguesa, depois da família”*. Esta comunidade freguesial, como afirma, é colocada em oposição à aldeia ou ao concelho.

No concelho de Loulé é possível encontrar este mecanismo de afirmação. As aldeias de Alte e Benafim, antes de 1989 pertencentes à mesma freguesia mas em permanente oposição, encontraram forma administrativa de regulamentar as suas diversidades sociais, ecológicas e culturais, separando o território em duas freguesias. No seio dos montes e aldeias da freguesia de Alte, a rivalidade e o conflito por razões de melhoramentos e distribuição de dinheiros são vulgares, mas toda uma comunidade se articula e mobiliza em conjunto quando se trata de reivindicar mais intervenção e investimentos do estado ou da Câmara. Por isso, o autor referido, fala da freguesia, como a unidade mínima de identidade durável. Outros autores, como Monteiro (1985), encontram alternativas a este espaço identitário, referindo o grande peso da dinâmica colectiva e identitária de núcleos de aldeias que assumem uma contradição no seio da própria freguesia, como no caso da serra da Lousã. Mas a prova de que são as freguesias que mantêm uma posição de identidade, está na situação de abandono e desertificação das aldeias camponesas, cujos habitantes as trocam por outras do mesmo território, ou mesmo quando emigram regressam normalmente não à antiga aldeia mas a outras da mesma freguesia. Luz (1995) ao estudar a aldeia abandonada de Cabaça no interior do concelho de Loulé, mostra que os seus antigos habitantes quando regressaram da emigração ou da residência no litoral, escolheram para viver uma outra aldeia ou a vila de Salir, sede de freguesia onde se integrava a sua antiga aldeia.

Este fenómeno, da identidade de um território designado de freguesia, tem a sua origem num conjunto de laços de vizinhança que determinam um interconhecimento e uma interdependência económica, que só a freguesia pode conjugar. Segundo Espírito Santo (1980, p. 22) *“as freguesias nascem espontaneamente dentro dos territórios das antigas herdades”*, onde esses laços se construíram ao longo de muitos séculos. Por outro lado, e de acordo com o mesmo autor, *“os concelhos são um corpo estranho nesse meio rural”*. Isto demonstra a grande oposição normalmente existente entre freguesias e concelhos, verificando-se, quase sempre, tal como no caso do concelho de Loulé, partidos diferentes a dirigir a Câmara e as Juntas de Freguesia.

Esta dinâmica política e social de cada freguesia constitui aquilo que o referido autor designa de espírito comunitário, o qual deve ser desenvolvido em autonomia perante a tutela correctiva do concelho

ou do estado. Esta coesão tem por base o património cultural, que constitui o ancoradouro da integração dos membros da comunidade, contra o estado massificador e que deve ser estimulado como processo de educação e desenvolvimento comunitário.

Vale a pena atentar nas palavras de Furtado (1999) quando apresenta a sua estratégia de mudança, no modelo de desenvolvimento do próximo século e diz que

“o desafio que se coloca (...) é mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins, em função do bem estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. (...) Preservar o património natural (...). Liberar a criatividade da lógica dos meios (acumulação económica e poder militar) a fim de que ela possa servir ao pleno desenvolvimento de seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis”. (pp. 71-73)

4. O desenvolvimento local na sociedade rural

Uma das formas de levar à prática as ideias explanadas nos dois anteriores pontos é, sem margem para dúvidas, a prática do desenvolvimento local, que no caso em estudo pode também assumir o conceito de desenvolvimento rural.

De facto, nos últimos anos esta actividade tem constituído a pedra de toque de todas as intervenções em meio rural, por toda a Europa. Em Portugal, a pluralidade de acções do desenvolvimento local já comemorou mais de uma dezena de anos de actividade ininterrupta, dinamizada por um conjunto de associações de desenvolvimento local, inseridas sobretudo em áreas desfavorecidas de montanha.

Este fenómeno deve-se, sobretudo, ao facto de que as práticas de desenvolvimento se arrogam da utilização dos recursos endógenos e da participação da comunidade local. O que possibilitou, como diz Melo (1993, pp. 2-3), *“a afirmação do local como espaço de afirmação da vontade de participação no futuro da sociedade humana e de testagem prática de fórmulas socioeconómicas inéditas (...)”*. Este tipo de desenvolvimento contraria as antigas acções de desenvolvimento regional, que mobilizavam capitais e outros recursos exógenos, colocando as populações numa situação de expectativa e dependência e originando saídas de capitais e pessoas dos locais. Esta situação, para além de destruir a base económica agrícola, impediu o desenvolvimento de actividades complementares, fundamentais para a economia camponesa local, como a promoção do artesanato, a produção de agro-alimentares e o turismo rural. Este último aspecto não é despreciando, pois sabemos que o futuro das áreas rurais, ou mesmo já o presente, tem dependido do incremento destas actividades (Cristóvão e Tibério, 1993; Millan, 1991). Este defende mesmo que, para impedir o despovoamento rural, devem ser instaladas estruturas educativas e de formação nesses locais.

Lembramos, aqui a propósito, a instalação, em 1992, da Escola Profissional Cândido Guerreiro em Alte, no interior do concelho de Loulé, promovida em parceria pela Câmara, Junta de Freguesia local e Associação In Loco, contra todas as indicações das estruturas educativas estatais, na região. O que é facto é que esse equipamento de formação contribuiu para manter os jovens na terra, atraiu estudantes de vários locais do Algarve, mobilizou um núcleo de professores locais e externos e promoveu indirectamente benefícios na economia local: restauração, alojamento, actividade cultural. Hoje é, sem dúvida, um importante pólo de educação e de afirmação da cultura altense e da serra do Algarve.

No mesmo sentido, todas as acções de formação profissional desenvolvidas nas freguesias serranas, mais ou menos duradouras, destinadas sobretudo a mulheres desempregadas locais, deram ao meio rural uma imagem diferente: de crescimento de microempresas rurais femininas, de revitalização do artesanato, da gastronomia popular e do turismo de natureza.

Países que há mais tempo encetaram este caminho, de verdadeiro renascimento rural, como a França por exemplo, desenvolveram este conceito e esta prática de forma clara. A Fondation Rurale de Wallonie (1991), criada em 1975, defende hoje a renovação rural como

“um conjunto de operações de desenvolvimento e de ordenamento lançadas em zona rural, por uma autoridade municipal, a fim de revitalizar, restaurar ou sanear uma freguesia, dentro do respeito pelas suas características próprias e de maneira a melhorar as condições de vida dos seus habitantes, do ponto de vista económico, social e cultural”. (p. 31)

Repare-se que, enquanto noutros países da Europa, cabe à administração central ou regional a dinamização económico-financeira e social destas regiões, em Portugal essa actividade tem cabido às associações de desenvolvimento local ou a outras estruturas da sociedade civil, pois o estado demitiu-se quase na totalidade desta obrigação.

Pensemos, pois, que o desenvolvimento do espaço rural deprimido e estagnado depende sobretudo desta nova cultura do desenvolvimento, que aposta numa vontade colectiva e interdependente de pessoas e projectos, com vista à mudança de mentalidades, economias e culturas (Soares e Melo, 1994).

Todos os projectos de intervenção em meio rural devem partir das necessidades e problemas locais, vivenciados colectivamente pela comunidade local, apesar de muitas vezes assumidos por um grupo mais coeso, consciente e influente. Por isso a metodologia usada deve ser a de projecto, permanentemente discutido e reelaborado com a participação local, a partir dos saberes comunitários. Todas as acções devem responder à solução dos problemas, num processo permanente de investigação-acção-mudança em que todos os intervenientes, numa praxis colectiva, desenvolvem conhecimentos, capacidades, atitudes e valores. Como referem Soares e Melo (1994, p. 28) *“o desenvolvimento endógeno é, antes de mais e acima de tudo um processo educativo profundo e duradouro...”*.

Esta metodologia de projecto, voltada para a formação em meio rural, visando quase sempre o desenvolvimento das actividades produtivas – viabilizando emprego, benefícios económicos, auto-realização – não é de todo possível sem o estabelecimento de parcerias. Esta visão pode ser considerada decisiva, a julgar pelas opiniões de Soares e Melo (1994), que referem que nenhum projecto pode viver sem o estabelecimento de parcerias, sendo esta também uma das condições fundamentais para o futuro do desenvolvimento rural.

Repare-se que estas parcerias são desenvolvidas em diferentes dimensões: quer seja ao nível dos diferentes recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis, num processo de acordos integrados e multifuncionais; quer sejam ao nível das diferentes instituições locais, regionais e nacionais. Só dessa forma é possível fazer do local um dos pontos de uma convergência de desenvolvimento global do planeta.

A importância da participação de toda a comunidade local, indiferentemente dos níveis e escalas de empenhamento, facilita a concretização dos objectivos comuns, com vista a uma melhor qualidade de vida.

O plano global de intervenção de Salir, integrado no programa de recuperação de centros rurais, da União Europeia é, do que se diz, um bom exemplo. Neste caso todas as acções desenvolvidas tiveram por base um debate alargado e profundo nas comunidades rurais da freguesia, que definiu estratégias, objectivos e acções com vista à revitalização económica, social e cultural da freguesia. Essas acções são dinamizadas e promovidas através de projectos de pequena escala, da responsabilidade das autarquias (Junta de Freguesia e Câmara Municipal) e das associações locais ou de intervenção no local, podendo ser associadas a promotores privados e/ou individuais. Todo o financiamento e apoio técnico são disponibilizados pelo município, pela Comissão de Coordenação da região e pela administração central.

5. O Projecto de Animação e Revitalização Associativa em Espaço Rural

5.1. Condicionantes

O Projecto de Animação e Revitalização Associativa em Espaço Rural, foi apresentado ao presidente da Câmara Municipal de Loulé em Fevereiro de 1990 e pretendia alterar as condições estruturais do interior do concelho de Loulé, apostando no trabalho com as associações locais.

O concelho de Loulé, nos seus 765 km², estende-se desde a serra, que confina com o Alentejo, até ao litoral atlântico, integrando ainda uma grossa fatia geológica de barrocal, terrenos pedregosos de calcário e argilas.

Na época, o concelho estava dividido administrativamente por 10 freguesias: cinco rurais (Ameixial, Alte, Benafim, Querença e Salir); duas com características semi-urbanas (S. Clemente e S. Sebastião, na cidade de Loulé); uma no barrocal-litoral (Boliqeime); e duas litorais (Almancil e Quarteira). De acordo com o fenómeno de desertificação rural – presente em todo o país e na Europa, marcado e acentuado pela evolução crescente das urbes pós-modernas – o concelho de Loulé não foge a esta regra. As cinco freguesias do meio rural tinham vindo a perder população desde os anos 50, só estancando, muito recentemente, a partir do princípio dos anos 90, com a criação de estruturas e acções inerentes à melhoria das condições de vida das suas populações.

Esta vasta região do interior do concelho de Loulé, foi sumariamente caracterizada da seguinte forma:

- i) Área com pouca vitalidade económica, social e cultural, donde se destacavam o reduzido número de infraestruturas e equipamentos culturais e educativos, bem como a ausência de vida empresarial relevante;
- ii) Fraca capacidade de animação e organização das estruturas associativas existentes, marcada pela ausência de articulação entre elas e irrelevante actividade cultural e desportiva;
- iii) Descaracterização gradual da região, com ausência de iniciativas que promovessem as potencialidades e valores locais, tendência só pontualmente contrariada;
- iv) Área pouco atractiva para os jovens, provocando o seu êxodo gradual e acentuado;
- v) Crescente dependência da área exterior, em termos de trabalho, actividades e finanças.

Esta situação impunha um projecto de desenvolvimento rural que permitisse solidificar e desenvolver as práticas associativas, como forma de afirmar as suas potencialidades e designadamente os seus valores culturais. Só um trabalho desse tipo, poderia rendibilizar os apoios pontuais das entidades, inserindo-os num contexto global de intervenção cultural, em parceria.

Assim, a conjuntura do interior rural do concelho de Loulé, abria caminho a uma intervenção, assente nos pressupostos do desenvolvimento rural integrado. Esta metodologia, assenta na filosofia de base do trabalho comunitário, com vista à resolução dos problemas sentidos pelas populações locais. Trata-se de uma intervenção que privilegia a consciência e acção colectiva das comunidades locais, com vista à sua autonomia, levando-as a adquirir uma capacidade duradoura de agir. É à população local que cabe escolher as vias mais seguras para o seu desenvolvimento social e económico, consubstanciando essa escolha, num controlo de poder efectivo sobre o que se passa, nos locais de residência e de trabalho.

Por outro lado, este tipo de intervenção busca a concertação entre todas as entidades locais e regionais, no quadro de uma política de micro-escala, como resposta para os problemas sentidos, mas enquadrados numa política nacional macro, sem a qual é impossível resolver problemas de fundo como o desemprego estrutural, por exemplo. Todas as acções comunitárias devem ser, por isso, integradas, ou seja articuladas nos seus variados níveis sociais, históricos e outros, na comunidade. Por exemplo, a criação de emprego pode assentar na promoção do artesanato, para o qual é necessário oferecer formação e criar uma empresa. Esta, pode assentar, nos jovens da terra em defesa do seu património cultural local.

Este projecto consubstanciou-se numa estrutura técnica, de carácter deliberativo e consultivo, designado Gabinete de Desenvolvimento Rural, que passou a coordenar todos os projectos no terreno, entre os quais, o já referido sobre a animação.

5.2. Propostas

Ao considerar a existência de algum dinamismo associativo no meio rural louletano, o projecto privilegiou o apoio técnico directo aos dirigentes e acções das associações, das cinco freguesias rurais, apontando os seguintes objectivos:

- i) Revitalização sócio-cultural da zona, afirmando e valorizando identidades, dinâmicas e projectos próprios;
- ii) Dinamização das actividades atractivas para a população local e visitante, através de soluções ao nível da formação para o auto-emprego.

No sentido de concretizar estes objectivos, o projecto definia um conjunto de tarefas fundamentais a breve e médio prazo, designadamente:

- i) Diagnóstico de caracterização das estruturas associativas existentes: associações formais e informais;
- ii) Reuniões interassociativas por freguesia, para discussão de estratégias comuns às associações e planificação de actividades concertadas;
- iii) Acções de formação sobre a actividade associativa destinada a dirigentes e animadores;
- iv) Apoio técnico às associações, através do acompanhamento aos projectos e acções mais destacados.

O enquadramento institucional do projecto era garantido, na área técnica, pela presença de uma equipa de dois agentes de desenvolvimento, e na área financeira, pela cobertura económica da Câmara de Loulé. Esta poderia acompanhar o decorrer dos trabalhos através de relatórios e reuniões trimestrais.

O projecto propunha-se desenvolver esforços de articulação com as entidades que viessem a implicar-se no trabalho.

A duração do projecto apontava, numa 1ª fase, para 12 meses, de Janeiro a Dezembro de 1990; sugeria-se a sua continuação com um programa de trabalhos donde se destacava: acompanhamento de projectos locais e eventuais acções de formação.

O orçamento, distribuído pelos recursos humanos, materiais e financeiros do Projecto, orçava para os 12 meses, cerca de três milhões e oitocentos e oitenta mil escudos, acrescidos de IVA à taxa actual. A forma de pagamento assentava numa primeira tranche de 20%, com a assinatura do protocolo, e dos restantes 80%, com a entrega sucessiva de três relatórios intermédios e um relatório final.

Para desagregar mais claramente as acções a desenvolver, o Projecto apresentava, em anexo, um programa de actividades calendarizado e um cronograma.

Para completar as informações indispensáveis sobre a equipa de trabalho apresentava, ainda, os *curriculum vitae* dos seus membros.

6. O Gabinete de Desenvolvimento Rural

6.1. Estrutura

Após uma primeira reunião com o presidente da autarquia, a equipa apresenta uma proposta para o funcionamento desta estrutura de projecto, a qual iria funcionar num espaço próprio, equipado com recursos materiais e humanos adequados à sua actividade.

Tratava-se de uma estrutura flexível, com uma coordenação leve, conforme as necessidades das acções dos projectos a desenvolver. Independentemente do trabalho permanente, a desenvolver pelos responsáveis do Gabinete - de articulação entre os projectos e com outros departamentos da Câmara - o Gabinete reuniria periodicamente todos os projectos, para efeitos de avaliação, troca de informações e concertação de recursos.

O projecto de animação associativa em espaço rural funciona, assim, como componente do Gabinete, no cumprimento do plano de actividades apresentado e utilizando os recursos daquele, de acordo com o que vier a ser estabelecido, sendo para o efeito importante a realização de reuniões e avaliações periódicas.

O regime jurídico é concretizado por intermédio de um protocolo de prestação de serviços, assinado entre ambas as partes.

Para permitir a todas as entidades locais e municipais, a possibilidade de intervir na prossecução deste programa, foi proposto, ainda, a criação de um conselho consultivo do Gabinete, com o objectivo de concertar as suas actividades. Este, reuniria semestralmente, com funções de detectar necessidades de intervenção, definir projectos e acções prioritárias, criar grupos de trabalho específicos e trocar informações sobre a actividade de cada parceiro.

6.2. As primeiras avaliações

As avaliações iniciais, realizadas nos anos de 1990, 1991 e 1992, apresentam os resultados alcançados pelo trabalho de animação associativa, sobretudo o quadro das estruturas associativas existentes nas cinco freguesias do meio rural. Este diagnóstico, teve como resultado um trabalho de investigação que caracterizou o movimento associativo em meio rural e apresentou alguns dados de referência sobre os órgãos dirigentes e seus presidentes: idade, sexo, escolaridade, profissão, etc.

Ao fim dos dois primeiros anos de actividade, o Gabinete de Desenvolvimento Rural, da Câmara Municipal de Loulé, estabeleceu várias alterações na sua intervenção, de forma a desenvolver acções nas seguintes áreas:

Formação: i) acções no âmbito dos cursos de formação do IEFP; ii) candidatura à criação da Escola Profissional de Alte; iii) formação de jovens através dos programas do IPJ.

Apoio técnico: i) divulgação dos programas de apoio a promotores locais; ii) apoio a pequenas iniciativas empresariais das colectividades e pessoas locais.

Revitalização do património: i) criação do plano museológico do concelho assente em pólos museológicos locais; ii) instalação dos Sítios Classificados da Fonte Benémola e da Rocha da Pena; iii) organização de feiras, colóquios e exposições.

Planeamento: i) participação na equipa técnica do Plano Director Municipal de Loulé.

A partir do ano de 1992, o Gabinete passou a desenvolver a sua acção em todo o concelho continuando, no entanto, a privilegiar a intervenção nas cinco freguesias rurais de Loulé.

6.3. Avaliação final do projecto

Em Julho de 1993 é realizada a avaliação final do projecto de animação associativa em espaço rural, da qual é publicado um relatório de actividades, o qual clarifica os seus resultados e aponta os caminhos a seguir.

Nele é considerado que o Gabinete de Desenvolvimento Rural se afirmou como uma pedra decisiva na política global da Câmara Municipal de Loulé, sobretudo no terreno do meio rural (freguesias de Alte, Ameixial, Benafim, Salir e Querença), onde promoveu a animação e a organização de projectos locais e globais.

Do ponto de vista estratégico e metodológico, o Gabinete sempre privilegiou o trabalho directo com a população local e os seus representantes, desenvolvendo uma rigorosa articulação e mediação com outras entidades com competências no meio: Juntas de Freguesia, Centro de Emprego, Zona Agrária, Coordenação Educativa, Instituto Português da Juventude e Associações In Loco e Almagem.

Internamente, o Gabinete funcionou sempre em articulação concertada com outros serviços da autarquia que desenvolvem actividade paralela ou complementar: Divisões do Património Histórico, do Ambiente, da Educação, do Planeamento e do Desporto.

Durante esses três anos de actividade (1990-93), o Gabinete estabeleceu algumas alterações estratégicas necessárias à prossecução da sua actividade, devido a solicitações do próprio trabalho de terreno, ou a necessidades de intervenção da autarquia. Por um lado, aumentou a sua temática de intervenção, passando a englobar outras áreas de actividade, como o planeamento, o artesanato e o

ambiente; e por outro, alargou a sua área de intervenção à freguesia de Boliquiteime e às áreas rurais de S. Clemente e de S. Sebastião.

Do resultado desta intervenção, podemos referir as seguintes áreas de trabalho, com níveis de envolvimento diferenciados: i) Formação; ii) Apoio técnico; iii) Revitalização do património; iv) Planeamento; v) Desenvolvimento local e Programa LEADER; vi) Animação social; vii) Publicações da Câmara.

6.4. Plano de trabalho

Na sequência da avaliação final do projecto, o Gabinete apresenta um plano de trabalho, em que reconhece o balanço positivo da sua intervenção em prol da revitalização do tecido social e económico, do meio rural do concelho de Loulé, continuando a apostar nos pressupostos e objectivos gerais que definiu em 1990.

Assim, a sua metodologia apontou para o seguinte:

i) Mediação entre as comunidades locais e as entidades públicas competentes e responsáveis pelas diversas matérias, designadamente a Câmara Municipal de Loulé e as Juntas de Freguesia, no sentido de articular a sua actividade em prol do desenvolvimento municipal;

ii) Concertação entre os diversos interesses, presentes no próprio seio das comunidades locais (associações, Juntas de Freguesia, promotores privados) e entre as entidades públicas e privadas (Câmara, Juntas, serviços dos ministérios presentes no concelho, associações, etc.).

No âmbito interno da autarquia, o Gabinete continuaria a privilegiar a articulação da sua intervenção com outras Divisões (Ambiente, Património, Planeamento). Pretendeu-se com esta atitude favorecer sinergias entre os serviços, no quadro de uma nova visão do trabalho de equipa que, sem dúvida, tem dado frutos acrescentando, assim, efeitos multiplicadores à intervenção social e profissional.

Do ponto de vista estratégico, o objectivo central da actividade do Gabinete, continuaria a ser o desenvolvimento, a todos os níveis, do meio rural do concelho de Loulé, apesar de, em determinadas situações, a actividade poder alargar-se a todo o concelho. É nesse sentido que o Gabinete aponta, claramente, dois grandes objectivos específicos:

i) Reforço interno do Gabinete, com vista a uma maior eficácia na intervenção em meio rural, com possibilidade de alargamento à área geográfica de todo o concelho nalgumas temáticas: plano museológico, acção social, roteiros do concelho. Este reforço, poderia assentar na presença de mais recursos humanos no Gabinete e numa posição orgânica deste, mais clara e destacada;

ii) Afirmação da sociedade civil, pela presença mais rigorosa das dinâmicas das comunidades locais, através dos seus representantes directos mais destacados, designadamente o movimento associativo local. Esta valorização poderia, e deveria, ser conseguida com o aumento da dinâmica associativa, com o aparecimento de novas associações e com a formação genérica dos dirigentes locais.

Seguidamente, o relatório destaca um plano de trabalho em torno de seis grandes temas, como corolário da actividade que tem vindo a ser desenvolvida e, por outro, através do estabelecimento de novas iniciativas. Estas, enquadradas num quadro mais vasto de uma actividade multidisciplinar, em complementaridade ou colaboração com outros serviços da autarquia.

O plano apresenta-se da seguinte forma:

Formação: i) realização do intercâmbio de formação ambiental entre França e Portugal; ii) apoio técnico, logístico e pedagógico à Escola Profissional Cândido Guerreiro, em Alte; iii) organização de acções de formação, para dirigentes e animadores associativos.

Apoio técnico: i) organização do ficheiro associativo concelhio; ii) acompanhamento das acções associativas; iii) edição do roteiro associativo rural e da folha informativa.

Revitalização do património: i) abertura do polo museológico do esparto, na Casa Memória d'Alte; ii) estudo para a criação do polo museológico da água, em Querença; iii) levantamento do artesanato do concelho; iv) plano de intervenção ambiental no Sítio Classificado da Fonte Benémola; v) organização da Feira de Artesanato de Loulé.

Promoção: i) publicação do guia de promoção do concelho de Loulé; ii) edição do folheto sobre a freguesia de Alte; iii) redacção de artigos para as revistas da autarquia; iv) colocação, em Alte, de um painel informativo sobre os serviços desta aldeia.

Programa LEADER: i) participação na equipa de coordenação do programa, em colaboração com a In Loco; ii) acompanhamento dos animadores locais do LEADER; iii) apoio aos projectos candidatados pela Câmara; iv) apoio aos projectos candidatados pelos promotores privados.

Animação social: i) criação de um grupo de trabalho sobre o tema, em conjunto com as associações locais e a associação In Loco/projecto Radial; ii) organização do encontro das IPSS do concelho de Loulé.

7. A política de desenvolvimento rural nas autarquias

As autarquias locais, designadamente as Câmaras, têm um conjunto de competências atribuídas, onde constam essencialmente as obrigações referentes à satisfação das necessidades básicas das populações locais: saneamento básico, electrificação rural, rede viária, etc. É comum também, desde há algum tempo, a preocupação com as questões da identidade cultural, do desporto, do ambiente e do património.

Contudo, só muito recentemente é que as preocupações com o desenvolvimento são colocadas na ordem do dia. Para isso, contribuiu grandemente o processo de integração europeia de Portugal, o qual acentuou o contacto e o conhecimento dos problemas de crescimento urbano e produtivo nos outros países e a necessidade de desenvolver políticas concertadas, com vista ao desenvolvimento integrado das zonas mais desfavorecidas e deprimidas, sobretudo as do meio rural.

É neste quadro que surge, em 1990, na Câmara Municipal de Loulé o Gabinete de Desenvolvimento Rural, mais tarde adoptado como modelo noutras autarquias do Algarve.

No sentido de atribuir a este serviço um carácter orgânico e duradouro, a equipa do Gabinete apresentou, em Dezembro de 1994, uma proposta para a criação de uma Divisão de Desenvolvimento Local na Câmara Municipal de Loulé, de acordo com algumas ideias sobre a estrutura e funções do serviço, donde ressaltavam as seguintes atribuições:

a) Recolher e tratar informações de base e proceder aos estudos necessários para a promoção sócio-cultural do concelho.

b) Promover a elaboração de projectos específicos de desenvolvimento, de impacto estratégico e/ou estruturante, bem como proceder ao seu acompanhamento contratual.

c) Assegurar o conhecimento actualizado dos recursos regionais, nacionais e comunitários e respectivos instrumentos financeiros, de apoio ao desenvolvimento local, tal como os procedimentos de candidatura.

d) Promover actividades de divulgação e apoio técnico, às iniciativas e projectos de microempresas de economia local, em zonas desfavorecidas.

e) Desenvolver uma acção permanente de animação do tecido socioeconómico e das comunidades locais, com vista ao aproveitamento dos diferentes recursos endógenos, à criação de empresas e emprego e à formação profissional e reinserção social.

Esta proposta não viria a ter acolhimento na autarquia.

8. Conclusão

O projecto de animação associativa em espaço rural mostra uma das variadas vertentes em que pode assentar o trabalho de desenvolvimento comunitário, com vista à resolução de problemas das comunidades locais.

O trabalho desenvolvido pela equipa de projecto, soube consubstanciar-se em objectivos claros, rigorosos e alcançáveis e em metodologias que privilegiaram, desde sempre, a concertação e a parceria local e regional. Só assim, foi possível realizar avaliações baseadas na leitura e confirmação de resultados esperados, a breve e médio prazo construindo, a partir daí, novos caminhos e estratégias de desenvolvimento posterior do projecto.

Ao mesmo tempo, é possível verificar quão importante é o processo avaliativo, de confronto entre os objectivos e metas traçadas e a realidade alcançada. Hoje, passados quase quinze anos de início do projecto, é possível verificar que as ideias traçadas foram sendo concretizadas, apesar de alguns desfasamentos, inerentes não ao desenvolvimento interno do projecto, mas quase sempre por solicitação da entidade enquadradora e financiadora: a Câmara Municipal de Loulé.

O decurso de um projecto não se faz sem desencontros e sem dificuldades, provenientes das dinâmicas das comunidades locais, dos parceiros envolvidos, ou das limitações dos autores do projecto. Nem sempre as ideologias e as políticas em defesa do desenvolvimento local são idênticas, e nem sempre a capacidade de negociação é chamada a intervir, para que estes dilemas sejam dirimidos entre os parceiros.

A conclusão central que deve ser retirada desta experiência é que ela é necessária, independentemente do nível dos seus resultados. Uma coisa é certa: algo mudou no meio rural do concelho de Loulé, desde 1990 até hoje, e o Gabinete de Desenvolvimento Rural terá contribuído, certamente, para isso.

BIBLIOGRAFIA

Amaro, R. (1993). As novas oportunidades do desenvolvimento local. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 8 (pp. 15-22). Faro: In Loco.

Amaro, R. (1994). Formar para des-envolver. Em *Formar*, nº 12 (pp. 6-12). Lisboa: IEFP.

- Bastos, C. (1993). *Os montes do nordeste algarvio*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Braga, D. A. (1993). Entre o território e a função – algumas notas sobre a problemática do desenvolvimento regional e local. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 9/10 (pp. 11-15). Faro: In Loco.
- Buarque, C. (1993). O conceito subdesenvolvido do subdesenvolvimento. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 9/10 (pp. 48-49). Faro: In Loco.
- Câmara Municipal de Loulé (1995). *Organigrama*. Lisboa: Diário da República.
- Catarino, A. (1995). Desenvolvimento local: a pessoa como centro: o mundo como horizonte. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 12 (pp. 24-25). Faro: In Loco.
- Cristóvão, A. e Tibério, M. L. (1993). Elementos para uma estratégia de desenvolvimento endógeno. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 9-10 (pp. 24-29, Faro: In Loco.
- Espírito Santo, M. (1980). *Comunidade rural ao norte do Tejo*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Fondation Rurale de Wallonie (1991). O desenvolvimento rural do centro da Europa. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 4 (pp. 30-31). Faro: In Loco.
- Fonseca, J. L. (1994). Desenvolvimento, motivação e cultura – haverá quem não se queira desenvolver? Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 11 (pp. 2-25). Faro: In Loco.
- Furtado, C. (1999). *O capitalismo global*. Lisboa: Fundação Mário Soares e Gradiva Publicações.
- Gabinete de Desenvolvimento Rural (1990). *Relatório de actividades*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé (policopiado).
- Gabinete de Desenvolvimento Rural (1992). *Relatório*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé (policopiado).
- Gabinete de Desenvolvimento Rural (1993). *Três anos em prol do desenvolvimento rural*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé (policopiado).
- Gabinete de Desenvolvimento Rural (1994). *Sugestão de criação da divisão de desenvolvimento local*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé (policopiado).
- Grossi F. V. (1982). Os camponeses e a mudança. Em *A Rede*, nº 3 (pp. 8-9). Faro: Projecto Radial.
- Hoven, R. e Nunes, M. H. (1996). *Desenvolvimento e acção local*. Lisboa: Fim de Século.
- Jenkins, R. (s/d). *Morte de uma aldeia portuguesa*. Lisboa: Querco.
- Luz, C. (1995). *Vida e morte de uma aldeia da serra algarvia*. Aljezur: Suledita.
- Magalhães, J. R. (1988). *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Max-Neef, M. (1992). Chamar desenvolvimento a um suicídio colectivo. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 7 (pp. 17-27). Faro: In Loco.
- Melo, A. (1988). O desenvolvimento local como processo educativo (impressões e opiniões, auto-entrevistas). Em *Formação para o Auto-Emprego e Desenvolvimento Local em Zonas Rurais*, Cadernos a Rede, nº 2 (pp. 58-63). Faro: Edição Projecto Radial/ESE.
- Melo, A. (1993). No tempo da morte de todos os dinossauros. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 9/10 (pp. 1-3). Faro: In Loco.
- Melo, A. (1995). Entre a roda da sorte e a roda dos enfeitados. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 12 (pp. 1-4). Faro: In Loco.

- Millan, B. (1991). Europa 2000: perspectivas da evolução do território comunitário. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 2 (pp. 3-5). Faro: In Loco.
- Monteiro, P. (1985). *Terra que já foi terra*. Lisboa: Edições Salamandra.
- ONU (1994). Para um desenvolvimento humano sustentável. Em *Relatório do desenvolvimento humano 1994* (pp. 13-21). Lisboa: ONU.
- Pessoa, F. (1985). Ecomuseu – Uma filosofia ecológica para a regionalização. Em *Ecologia e Território* (pp. 37-45). Porto: Edições Afrontamento.
- Pinho, E. (1990). Desenvolvimento local: processo mais do que produto. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 1 (pp. 3-4). Faro: In Loco.
- Raimundo, H. e Costa, J. (1990). *Animação e revitalização associativa em espaço rural*. Faro: Programa JADE (policopiado).
- Rakotomalala, P. e Khoi, L. T. (1981). *A educação no meio rural*. Lisboa: Moraes Editores.
- Sachs, I. (1994). As grandes questões da cimeira mundial sobre o desenvolvimento social. Em *A Rede para o desenvolvimento local*, nº 12 (pp. 5-7). Faro: In Loco.
- Soares, P. e Melo, A. (1994). Serra do Caldeirão – construindo a vontade colectiva de mudança. Em *Formar*, nº 12 (pp. 13-30). Lisboa: IEFEP.
- Viegas Fernandes, J. (2000). *Paradigma da educação da globalidade e da complexidade – para a esperança e a felicidade dos seres humanos*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.